

Apresentação

Em 2002, a convite do governo nacional, estive no Brasil o Relator das Nações Unidas sobre Tortura, na época, sir Nigel Rodley. Entre os dias 20 de agosto e 12 de setembro, o Relator visitou Brasília e as capitais de cinco estados do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Em todas as cidades, com exceção de Brasília, sir Rodley conheceu carceragens policiais, centros de detenção pré-julgamento, centros de detenção para meninos infratores e penitenciárias, aproveitando também para conversar com pessoas que podiam testemunhar sobre o tratamento dispensado aos detentos nestes estabelecimentos, representantes de organizações não-governamentais com ampla trajetória na luta para erradicar a tortura, assim como autoridades governamentais.

A visita teve um profundo impacto na opinião pública brasileira, enfrentando a realidade da prática de tortura no país, que o próprio Relator qualificou como “generalizada e sistemática”.

A boa vontade do governo brasileiro se traduziu no rápido anúncio de algumas medidas destinadas a resolver a problemática. O lançamento do Plano Nacional contra a Tortura e de uma Campanha de abrangência nacional foram as primeiras e mais divulgadas ações.

No ano de 2003, motivadas pela inquietude de saber quais medidas concretas, recomendadas pelo Relator para eliminar a tortura e outras penas e tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, tinham sido colocadas em prática, várias organizações de direitos humanos uniram seus esforços.

Convencidas de que somente é possível avançar na erradicação da prática de tortura através de um sólido diagnóstico da situação do país, as organizações, em uma iniciativa conjunta, elaboraram o presente relatório: *Implementação das Recomendações do Relator das Nações Unidas sobre Tortura no Brasil*.

A idéia ganhou força a partir de conversas com a equipe do próprio Relator sobre a melhor forma de apoiar o seu trabalho e foi inspirada diretamente no relatório elaborado pela organização não-governamental mexicana “*Centro de Derechos Humanos Miguel Agustín Pro Juárez*”, que forneceu informações sobre a implementação das recomendações do Relator ao México, após sua visita ao país em 1997.

O cumprimento das recomendações é um dos “calcanhares de Aquiles” do sistema de proteção aos direitos humanos. Por isso, o relatório integra uma iniciativa mais ampla da Associação para a Prevenção da Tortura (APT), organização internacional sediada em Genebra, cujo mandado consiste no fortalecimento dos mecanismos para prevenção da tortura. Nesse marco, o presente projeto piloto faz parte da idéia de realizar aportes concretos para melhorar a implementação das recomendações de um mecanismo particular em um determinado país, a fim de facilitar o processo a cargo dos atores nacionais. A escolha do Brasil respondeu ao impacto da visita do Relator, à gravidade da problemática, assim como à vontade demonstrada pelo governo para encontrar soluções.

Com esta finalidade, a **APT** combinou seus esforços com o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (**CEJIL**) – organização regional de direitos humanos dedicada ao uso de mecanismos regionais de proteção dos direitos humanos – e o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (**GTNN-RJ**) – organização que é referência no cenário nacional, com um claro compromisso de denúncia e luta contra a impunidade e a prática da tortura. As três organizações convidaram outras entidades que tiveram participação ativa durante a visita do Relator para integrar esta iniciativa. Todas as convidadas aceitaram se unir, num gesto de colaboração entre as organizações de direitos humanos, dentre as quais desejamos destacar especialmente: a **ACAT** (Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura), a **CPT** (Comissão Pastoral da Terra) de Xinguara, a **Comissão Teotônio Vilela**, o **Gajop** (DHIInternacional), a **Justiça Global**, o **MNDH** (Movimento Nacional de Direitos Humanos) e a **SDDH** (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos).

Em uma reunião de trabalho no Rio de Janeiro, nos dias 21 e 22 de julho de 2003, as organizações participantes complementaram as informações, unificaram critérios e construíram acordos sobre o grau de cumprimento de cada uma das 30 recomendações elaboradas pelo Relator. Com base nestes aportes, o CEJIL assumiu a redação do Informe acordado, transmitido, em agosto de 2003, ao atual Relator sobre a Tortura, Sr. Theo Van Boven, em inglês, com um anexo de documentos incluindo uma atualização das informações dos casos individuais. Com o objetivo de alentar o processo de diálogo próprio entre os mecanismos das Nações Unidas e o governo brasileiro, foi decidido aguardar alguns meses até tornar público o conteúdo do Relatório. O presente texto é uma síntese em português do referido trabalho.

Desejamos agradecer em primeiro lugar à generosa contribuição financeira do Ministério das Relações Exteriores da França, por ter feito possível esta iniciativa.

Nosso reconhecimento especial à Daniela Andrade, responsável pelo contato com as entidades parceiras e pela organização da reunião no Rio; à Beatriz Santos, que colaborou substantivamente na pesquisa e elaboração do Relatório e à Paula Magalhães, encarregada da edição final desta publicação, todas elas da equipe do CEJIL. Também nosso agradecimento a Tamaryn Nelson, cuja comprometida e incisiva releitura e tradução do documento contribuiu para garantir a coerência interna do mesmo.

Não podemos esquecer as pessoas e instituições que facilitaram o acesso a informações importantes para o processo: Luciano Mariz Maia, o Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores e a professora Ana Tereza Lemos Nelson, do Núcleo de Instituições Coercitivas, Democracia e Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

E em forma muito especial, nosso reconhecimento às organizações participantes, cujo compromisso com a erradicação da tortura ficou mais uma vez demonstrado mediante o seu generoso aporte de informação e colaboração nesta iniciativa.

Nosso desejo é que o presente Informe seja uma ferramenta útil para impulsionar o processo de diálogo construtivo entre as organizações, familiares e vítimas com o Relator sobre a Tortura e o governo brasileiro, na busca conjunta de soluções urgentes para prevenir a tortura e os maus tratos no país.

Claudia Gerez Czitrom

Responsável pelo Programa para as Américas da Associação para a Prevenção da Tortura (APT)

Elizabeth Silveira e Silva

Presidenta do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro

Liliana Tojo

Diretora do CEJIL/Brasil – Centro pela Justiça e o Direito Internacional.